

ABERTURA



## **Presidente do Conselho Nacional de Educação**

### **Maria Teresa Ambrósio**

Queria começar por cumprimentar o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, Professor Pedro Lourtie, que nos dá a honra de mais uma vez estar aqui connosco, desta vez na qualidade de Membro do Governo.

Queria cumprimentar todos os Senhores Conselheiros, especialmente o Senhor Conselheiro Sérgio Machado dos Santos e o Senhor Conselheiro Vasco Cardoso que são os organizadores e os impulsionadores desta Conferência. Queria cumprimentar os Senhores Reitores, os Senhores Professores, os Senhores Representantes dos Estudantes, os Senhores Representantes Institucionais das Organizações do Ensino Superior, enfim, todos os convidados que aceitaram o convite para este Seminário.

Queria cumprimentar e agradecer ainda de forma especial aos participantes nos painéis e na mesa-redonda, e ao conferencista, Professor Alberto Amaral, que aceitou introduzir o debate. Por último queria agradecer também a todos os serviços de apoio técnico e administrativo do Conselho que tornaram possível esta realização.

Cabe-me introduzir e, de certa maneira, situar esta Conferência. Serei muito breve, mas gostaria de referir, para as pessoas que conhecem menos a nossa actividade, que o Conselho tem vindo a realizar diversos trabalhos no âmbito do ensino superior, promovendo o debate dos temas mais relevantes na Comissão Especializada Permanente, elaborando Pareceres e solicitando estudos, dos quais alguns estão já em vias de publicação. Este Seminário insere-se, precisamente, neste conjunto de reflexões que o Conselho se propôs a si próprio realizar.

Julgo que é sempre bom explicitar o que pretendemos com estas actividades e qual o enquadramento para este tipo de reflexão dentro do Conselho Nacional de Educação. Creio que há muitas instituições verdadeiramente vocacionadas para pensarem e reflectirem sobre a política do ensino superior e para estabelecerem um diálogo privilegiado,

nomeadamente com o Governo. Mas o Conselho Nacional de Educação procura também exercer as suas funções neste campo, contribuindo, sobretudo, para uma análise, um conhecimento mais aprofundado, uma compreensão da situação e dos problemas do ensino superior, numa visão integrada deste sistema com os outros sistemas escolares, numa visão prospectiva, tentando relacionar estes problemas com as exigências da Sociedade no seu todo, e com as estratégias de desenvolvimento do nosso País. Isto é, procurando situar o debate na fronteira entre o Ensino Superior e a Sociedade, entre o Ensino Superior e os outros Sistemas de Ensino.

Ao fazer a análise e ao procurar compreender o problema do sucesso e do insucesso escolar no Ensino Superior, procuramos, também, pôr em evidência pontos de vista, expectativas, interesses, entendimentos institucionais, intencionalidades políticas dos vários parceiros socioeducativos que constituem o Conselho.

O Conselho é um órgão de mediação, uma plataforma de criação de acordos, sobre os quais depois se poderão iniciar negociações que darão origem a tomadas de decisão política pelos órgãos competentes. A Comissão Especializada Permanente, coordenada pelo Professor Sérgio Machado dos Santos, colaborou na organização deste debate sobre o sucesso e o insucesso escolar no ensino superior português, solicitado pelo Senhor Conselheiro Vasco Cardoso que representa, no Conselho, todos os estudantes do ensino superior. Gostaria de lembrar que o Conselheiro Vasco Cardoso representa os estudantes do ensino público, do ensino privado, do ensino politécnico e do universitário, o que é uma forte responsabilidade. Julgo que esta representatividade terá que ser revista numa futura revisão, mais global, da Lei Orgânica do Conselho.

Mas o Conselho não pode ficar, exclusivamente, pela análise do insucesso escolar. O reconhecimento de que existe insucesso escolar e a sua caracterização, a que se procederá hoje, nomeadamente, na conferência do Professor Alberto Amaral, leva-nos imediatamente a questionar o que é o sucesso escolar. Julgo que este saber o que é o sucesso, por contraponto ao insucesso, nos obriga, provavelmente, a tentar olhar para as várias

dimensões em que este problema se coloca, relacionando-o com objectivos e metas da política global do ensino superior, a qual, por sua vez, se deverá relacionar com uma política mais vasta de desenvolvimento estratégico do país, nas suas componentes de desenvolvimento científico, de desenvolvimento tecnológico, qualificação de recursos humanos, desenvolvimento cultural e social. Hoje não é possível equacionar estes problemas sem os integrar numa dimensão europeia e, sobretudo, sem equacionar também a forma como está sendo feita a mudança, a mudança contínua do ensino superior, procurando o cumprimento das funções prioritárias que sempre lhe foram cometidas.

Foi nesta perspectiva que se organizaram os vários painéis desta jornada e se decidiu apresentar primeiro uma análise feita pelo Professor Alberto Amaral, com o apoio da sua equipa de investigação, e depois ouvir, em primeiro lugar, as opiniões dos estudantes e as suas perspectivas, dado que foram eles que solicitaram o debate. Optou-se por analisar, em seguida, os factores de sucesso e de insucesso nas suas diferentes dimensões, com a participação de um conjunto de investigadores que têm um trabalho já feito sobre esta matéria. E, finalmente, solicitámos às instituições que têm a responsabilidade de manter o ensino superior nas suas devidas coordenadas, que nos transmitissem as suas opiniões e as suas visões. Terminaremos tentando fazer uma pequena síntese que poderá constituir um contributo para algum parecer ou recomendação a elaborar pelo Conselho.

Neste sentido, dada a economia do tempo a que teremos de atender, é desejável que o debate se oriente para compreender as várias dimensões do problema, e a razão de ser de algumas características desse fenómeno, que nos afecta a todos, procurando equacionar, nas suas diferentes dimensões, uma política que lhe possa fazer face. Não cabe ao Conselho Nacional de Educação propor medidas concretas para isso. As medidas concretas caberão, talvez, aos órgãos mais ligados à execução da política. Mas, como digo, pretende-se contribuir para o equacionamento do problema, de forma a que essas medidas possam ser, de certa maneira, sistémicas e globais relativamente aos objectivos que as justificam.

Por isso desejamos ter a liberdade e a ousadia de perguntar se o insucesso escolar deve ser apenas observado na perspectiva da organização pedagógica, e da organização dos cursos; se deverá ser, sobretudo, olhado relativamente à carência de meios ou de financiamento, às condições de ensino e de investigação, às exigências que são postas por grupos sociais, fundamentalmente relacionados com o ensino superior, e por grupos económicos, políticos, regionais; se deverá ser equacionado como resultante do aumento, ou decréscimo, do número de alunos; se está condicionado, ou não, a conceitos dominantes de qualidade e que conceitos de qualidade é que dominam a análise do insucesso escolar; se está relacionado, e de que maneira, com os modelos de organização e o exercício de autonomia das escolas; se está relacionado com a falta de coordenação de políticas, etc. Creio que ao falar de insucesso escolar teremos que tentar olhar de uma forma global para a complexidade de dimensões que caracterizam este problema.

Não é nosso entendimento chegar a grandes conclusões, obviamente, mas apenas lançar mais alguns contributos para delinear o problema, tentando, sobretudo, contribuir para a correcção e coerência das políticas. Sei que esta jornada assim concebida é uma ambição quase desmedida, mas creio que está ao nosso alcance dar um contributo positivo.

Obviamente, será ao Governo que caberá também tomar as medidas nas áreas que lhe estão cometidas. Por isso peço ao Senhor Secretário de Estado que nos deixe a sua mensagem, que tomaremos em boa conta, agradecendo mais uma vez a sua presença e a manifestação de interesse por esta actividade do Conselho, e pedindo-lhe para comunicar ao Senhor Ministro a nossa abertura e a intenção de contribuir para a política do Ensino Superior.

Muito obrigada, Senhor Secretário de Estado.

## **Secretário de Estado do Ensino Superior**

### **Pedro Lourtie**

Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação, Senhores Conselheiros, Senhores Reitores, Senhores Presidentes dos Institutos Politécnicos, minhas Senhoras e meus Senhores:

Queria em primeiro lugar agradecer o convite que foi dirigido ao Senhor Ministro para estar presente na sessão de abertura deste Seminário. Considero que se trata de um tema da maior importância, sobre o qual é necessário efectuar uma reflexão e procurar os caminhos que deveremos trilhar para aumentar o sucesso no ensino superior, ou seja, o sucesso dos estudantes, no sentido de terminarem os seus cursos e obterem formações relevantes, importantes para o desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Num debate que é bem-vindo, permito-me fazer algumas considerações que fazem parte de uma reflexão que resulta não tanto de uma perspectiva institucional mas de uma perspectiva pessoal sobre as questões que se colocam ao sucesso e insucesso no ensino superior.

Estamos numa situação em que o sistema de ensino superior cresceu muito. Isto significa que temos hoje um sistema que é muito diferente do que era há vinte ou trinta anos, um sistema que já não é dirigido meramente a elites, mas é dirigido a uma massa de jovens muito maior e, portanto, põe problemas diferentes e que têm que ser encarados. Isso significa que é necessário que as instituições se adaptem a esta nova realidade, caracterizada por facultar o acesso ao ensino superior a uma percentagem muito mais elevada do grupo etário respectivo. E, até, se quisermos, pensar na necessidade de adaptação das próprias instituições do ensino superior a novos públicos, a públicos mais maduros, que também acedem ao ensino superior, e que também têm os seus problemas específicos em termos de sucesso no ensino superior.

De qualquer forma, vou centrar-me, sobretudo, na questão dos jovens, porque julgo que é aquela que mais directamente irá aqui ser trabalhada e

discutida. E começarei por referir a questão da transição entre o ensino secundário e o ensino superior que levanta, de facto, algumas questões. Podemos perguntar, em primeiro lugar, se os jovens que chegam ao ensino superior estão preparados para aquilo que é, digamos assim, uma vida diferente do ensino secundário. Uma vida que é completamente diferente, em relação à liberdade e à autonomia que lhes é concedida e, em consequência, à necessidade de se tornarem autónomos e de se auto-organizarem. Pode colocar-se desde logo uma questão: até que ponto parte da solução está no ensino secundário e que parte da solução está no ensino superior? Julgo que tem que estar nos dois lados, os dois lados têm que estar atentos a esta realidade. As instituições de ensino superior têm que ter estes factores em consideração e, permitam-me o termo um bocadinho traduzido do inglês, devem ser mais *amigáveis* relativamente aos estudantes que recebem. A transição secundário/superior é uma questão que me tem preocupado de algum tempo para cá e, por isso, procurámos incluir na Medida 2.3 do PRODEP a possibilidade de financiar projectos que permitam trabalhá-la, identificando quais as questões e os problemas que se colocam e encontrando as soluções e as propostas para melhorar esta transição.

Instituições amigáveis, no fundo, serão as instituições que dão atenção aos estudantes e à realidade dos estudantes. Ou seja, que procuram saber quem são os estudantes e em que condições chegam às instituições do ensino superior, com o objectivo de proporcionar as condições para que as aprendizagens pretendidas se concretizem. Ou seja, que os estudantes se realizem, que aprendam de facto, na frequência do ensino superior. E, isto tem muito a ver com as questões pedagógicas, com a forma como é organizado o ensino, para além das condições de acolhimento, em termos mais genéricos, dentro da própria instituição.

Faria, aqui, referência à questão da formação ou avaliação pedagógica dos docentes do ensino superior, que julgo que deverá ter lugar, que é uma necessidade e que está obviamente relacionada com os estatutos de carreira, ou com a composição do corpo docente. Porque para fazermos funcionar as instituições de ensino superior precisamos de pessoas com diferentes perfis.

Precisamos de pessoas que sejam capazes de fazer investigação e desenvolvimento, que sejam capazes de o fazer de forma séria, que tenham um perfil centrado na investigação e desenvolvimento, mas precisamos também de pessoas que sejam capazes de organizar o ensino. É evidente que todos os docentes terão de ser capazes de ensinar, no sentido de organizar as aprendizagens dos jovens em termos das suas disciplinas. Mas, tal como em qualquer outra organização, tem de haver pessoas com perfis diferentes, tendo em vista dar resposta às diferentes funções da instituição. No caso das instituições de ensino superior, podemos ter e deveremos ter pessoas que se especializam, ou que dão ênfase especial, às questões do ensino, à forma como se podem estruturar as aprendizagens e à organização dos cursos, para que os jovens aprendam de facto e possam ter sucesso no ensino superior.

Ora isto tem a ver não só com os estatutos de carreira, mas também com as estratégias que podem ser desenvolvidas pelas próprias instituições de ensino superior. No fundo, definindo uma estratégia em que se procura atingir uma determinada composição do corpo docente, em que está representada a função de investigação e desenvolvimento, que é aquela que hoje acaba por ser a mais valorizada em termos da progressão na carreira, mas também a função de ensino, sem que as pessoas que são capazes de desenvolver estas funções sejam prejudicadas em termos de carreira. Pelo contrário, deverá ser valorizado o facto de se terem dedicado a este tipo de funções que os docentes têm que desempenhar, em paralelo com a prestação de serviços, a ligação à comunidade ou a participação na gestão das instituições. Enfim, todo o conjunto de funções que o corpo docente tem que desenvolver.

Não iria alongar-me muito mais, mas estas são questões que, de facto, me preocupam.

É evidente que há outros factores que, certamente, influenciam o sucesso. Tem sido por vezes referida a questão das opções no acesso, ou seja, o facto de os estudantes não ficarem colocados nas opções que queriam e, portanto, não frequentarem os cursos que desejariam. É um factor que tem vindo a aligeirar-se, na medida em que cada vez há mais estudantes

colocados na primeira opção, ou nas primeiras opções, em termos de candidatura ao ensino superior.

Há questões que têm certamente a ver com as condições sociais e as condições da vida dos estudantes enquanto estão no ensino superior, como, por exemplo, o facto de estarem deslocados da sua residência habitual. Embora, permitam-me que o diga, considere que é um factor que, apesar de poder ter alguns aspectos negativos em termos de sucesso imediato no ensino superior, pode ser um factor positivo de aprendizagem dos próprios estudantes. Considero, no entanto, que este factor deve ser tomado em conta, no sentido de ajudar os estudantes a ultrapassar algumas dificuldades e ao mesmo tempo proporcionar-lhes um certo enriquecimento pessoal, pelo facto de estarem num ambiente diferente e que lhes impõe determinadas exigências.

É igualmente importante reforçar a informação que é dada aos jovens que acedem ao ensino superior, em termos do que podem esperar dos cursos que vão frequentar, da vida nas instituições, etc. Informá-los em relação aos objectivos dos professores, aos objectivos de aprendizagem, ao que se pretende com os cursos ou à forma como está organizada a vida académica. Ajudar os estudantes, indicando-lhes onde se podem dirigir quando têm problemas. No fundo, tudo isto cabe no conceito da instituição de ensino superior amigável, com preocupações relativamente aos seus estudantes.

Tem-se referido ultimamente uma questão relacionada com o financiamento. Sugere-se que poderia existir uma tentativa das instituições no sentido de reter os estudantes, visto que o financiamento é feito *per capita*, isto é, por número de estudantes. Não acredito que tenha tanto impacto como se poderia depreender do que tem sido dito nos órgãos de comunicação social. De qualquer forma, e embora, mais recentemente, estas referências tenham desaparecido, julgo que uma vez que esta possibilidade foi levantada devia ser analisada para se perceber se há, de facto, algum fundamento. Pessoalmente não acredito, mas considero que a questão deve ser estudada.

Não me quero alongar muito mais, mas julgo que é importante, para além de identificar factores de insucesso, identificar os factores de sucesso. Ou seja, o outro lado da moeda e perceber porque é que os estudantes têm sucesso, quando o têm. É importante recorrer à identificação das boas práticas – tentando que sirvam de exemplo, eventualmente, para outras instituições – e de procedimentos que possam conduzir a um maior sucesso de todos os estudantes no desenvolvimento dos seus estudos.

Estou extremamente interessado nos resultados deste Seminário e nas conclusões que daqui saírem. Peço, portanto, à Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação que me dê conta do que aqui se vai passar, porque será certamente um valioso contributo para identificar as políticas que podem conduzir ao desenvolvimento do ensino superior e ao sucesso dos estudantes

Já agora permitam-me uma nota pessoal. Ao longo da minha vida tenho uma experiência de sucessos e de insucessos, não só no ensino superior, também no ensino secundário, o que me tem levado a reflectir sobre algumas destas questões. Quando fiz o meu ensino secundário andei a saltar frequentemente de um lado para o outro. Fiz o 1.º ano, do então ensino secundário, em Lisboa; o 2.º, o 3.º e parte do 4.º ano no Porto; o resto do 4.º ano em Lisboa; o 5.º, o 6.º e o 7.º anos em Luanda. Nos anos em que fiz uma transferência os meus resultados escolares foram sempre muito piores, mas no ano seguinte acabava por recuperar. De facto, a mudança de instituição, de grupo social, deixando os colegas para trás, é um factor que contribui para o insucesso e que devemos ter em consideração. Quando entrei no ensino superior, vim de Luanda para o 1.º ano do Instituto Superior Técnico, tive um pequeno percalço nos exames do 7.º ano e reprovei em Organização Política e Administrativa da Nação. Acabei por entrar atrasado no 1.º ano, cheguei duas semanas depois das aulas começarem, e, na primeira aula que tive de Matemáticas Gerais, a primeira coisa que o Assistente me disse foi que eu estava chumbado. Tinha razão, mas também não era difícil ter razão, porque a percentagem de chumbos era muito grande e, portanto, a probabilidade de acertar também era muito grande. De facto, chumbei a Matemáticas Gerais e a Física Atómica. Acredito que este

resultado teve a ver com o facto de eu estar deslocado, os meus pais estavam em Luanda, e de não ter sido capaz de gerir a minha própria liberdade nestas circunstâncias. Depois ultrapassei esta fase e tudo correu bem a partir dessa altura.

Estas circunstâncias pessoais levam-nos a reflectir sobre estas realidades e, embora saiba que não são os únicos factores que contribuem para o insucesso, devo reconhecer que sou extremamente sensível a estas situações.

Naturalmente, haverá, em termos de políticas gerais, decisões que podem ser tomadas e que podem contribuir para ultrapassar as dificuldades e melhorar o sucesso no ensino superior. Mas há um papel fundamental das próprias instituições e da ligação entre elas, nesta transição entre o ensino secundário e o ensino superior. O diálogo entre o ensino secundário e o superior é essencial para se perceber os problemas que surgem na transição para um ambiente diferente, para uma forma de estar no ensino muito diferente.

Agradeço mais uma vez a oportunidade, desejo um bom trabalho e espero que estes debates nos permitam identificar caminhos para o futuro.